

'Proposta de abstinência sexual coloca adolescentes em risco', diz especialista

Para Melania Amorim, da Rede Feminista de Ginecologistas, 'quem adere só se prepara para abstinência e, quando inicia a vida sexual, não está preparado para contracepção e prevenção de doenças'

[\(O Globo, 23/01/2020 - acesse no site de origem\)](#)

RIO - A proposta da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, **Damares Alves**, para tornar a abstinência sexual uma política contra a gravidez na adolescência não tem apoio de grande parte dos médicos e especialistas na área e levou a Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras a emitir uma nota contrária. Para uma das fundadoras da rede, a professora de ginecologia e obstetrícia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCJ), Melania Amorim, a proposta "coloca adolescentes em risco".

Dados citados pelo grupo de médicas mostram que o Brasil acompanha a tendência mundial de queda das taxas de gravidez, mas ainda possui um dos maiores índices da América Latina (18,2%), com 69,9 nascimentos para cada mil mulheres entre 15 e 19 anos. O agravante é que essa incidência não se dá de forma homogênea: quase 18% das adolescentes de renda mais baixa se tornam mães, enquanto no estrato de renda superior a cinco salários mínimos a proporção não chega a 1%.

Qual a posição da rede sobre a proposta?

Nós emitimos uma nota de repúdio porque somos cientistas e pesquisadoras, trabalhamos na área há anos, e sabemos por evidências científicas, estudos e metanálises, que esses programas baseados na abstinência não funcionam, não são factíveis. Ele ainda coloca em risco os adolescentes porque quem adere a esse tipo de programa só se prepara para abstinência e, quando inicia a vida sexual, não está preparado para contracepção e prevenção de doenças, tornando-se mais suscetível do que quem tinha educação sexual e via como concreta a possibilidade de iniciar a atividade sexual. Além disso, esses programas são heteronormativos, colocando em risco adolescentes LGBTQ+, e reproduzem estereótipos de gênero, com a menina numa posição passiva. E isso tem influência por toda a vida, até no risco de violência sexual e de inabilidade em negociar o uso de preservativos ao iniciar a vida sexual.

A abstinência como forma paralela de combate ao problema é válida?

Não funciona, mesmo em paralelo. O que tem que deixar claro é que existe uma forte preocupação do âmbito moral e religioso fazendo crer que vai ser oferecida a educação sexual e preservativos, mas não é isso que está acontecendo. A informação que temos é que estão sendo divulgadas informações enganosas sobre esse assunto para os jovens. Existem pouquíssimos programas de educação sexual no Brasil, e a gente tem uma das taxas mais elevadas de gravidez da América Latina: 18% das gestações no país são de adolescentes. Não existe um programa sólido de distribuição dos métodos reversíveis de longa duração para contracepção (Larcs na sigla em inglês), como DIU e implantes, apenas 2% das mulheres usam,

uma das taxas mais baixas do mundo. O que precisamos é de educação sexual integrada ao sistema da saúde e acesso integral aos métodos contraceptivos e Larcs. A gente tem dados da pesquisa Nascer no Brasil, da Fiocruz, que mostram que 56% das gravidezes não são planejadas, número que sobe para 65% em adolescentes.

Por que a gravidez precoce é tão comum no Brasil?

Porque o país nunca chegou a investir muito nas estratégias que funcionam para reduzir essas taxas. Do ponto de vista de política pública, também tem que melhorar a desigualdade de distribuição de renda e educação. A gravidez na adolescência está intrinsecamente ligada à pobreza e à falta de programas específicos no sistema educacional e de saúde. Há gravidez na adolescência em todos os estratos, mas vai diminuindo progressivamente à medida que aumenta o nível educacional. Em função dos projetos de vida, essas pessoas vão tender naturalmente a postergar a gravidez. Por outro lado, nas classes mais baixas, às vezes, a maternidade é vista como mecanismo de ascensão social: a menina que engravida e se torna mãe acredita, pelo que vê e reproduz, que deixa de ser uma menina, é como se estivesse ascendendo.

E quais as consequências disso?

A gravidez não planejada vai levar a sérios problemas sociais como abandono escolar e perpetuação do ciclo da pobreza, porque as meninas largam a escola e não conseguem empregos. Suas filhas também vão ter mais chances de ser mães na adolescência, além de haver maior possibilidade de esses filhos se envolverem com o crime. Do ponto de vista biológico, há maior risco de aborto, morte materna e chance elevada de contrair infecções sexualmente transmissíveis. Todo mundo concorda que gravidez na adolescência é terrível, mas pregar abstinência não funciona.

A senhora considera que de fato o início da atividade sexual é precoce no país?

Está dentro da média mundial. Isso acontece em todo o mundo, a gente tem que lembrar que nossas avós e bisavós tinham basicamente a mesma idade de início de atividade sexual, mas era aceitável, porque se casavam.

É possível convencer os adolescentes a adiar esse início ou adotar a abstinência?

A educação sexual proporciona empoderamento, até para que essa garota ou garoto decida postergar o início. Mas aí é uma decisão do adolescente, com todas as informações para se prevenir não somente da gravidez mas também contra as ISTs. O que acontece na maioria desses programas de abstinência é que, mesmo quando são convencidos e se engajam, depois de uns anos a proporção de adolescentes grávidas vai ser semelhante ou até maior. A sexualidade é natural. É muito mais interessante reconhecer isso. Têm adolescentes que dizem eu escolhi esperar, mas ao final de alguns anos, a maioria dos que escolheu esperar não espera e esses não se prepararam em termos de contracepção e doenças. Um outro efeito possível é o casamento precoce. A gente tem visto muitas adolescentes casadas muito jovens, antes dos 16, com naturalidade impressionante, como se fosse uma autorização familiar para que a relação sexual pudesse ocorrer. Além de funcionar como suposto mecanismo de ascensão social, porque vira uma mulher casada, dona de casa, o que tem a ver com projeto de vida que já falamos.

Há estudos que recomendam a abstinência? Experiências positivas em outros países?

Tem um estudo no Chile que a ministra Damares citou, que é isolado. Foi o único que ela conseguiu vasculhando a literatura internacional, procurando algo que corroborasse seu ponto de vista. Mas os estudos sérios e as metanálises, que são revisões de vários estudos, mostram o contrário.

Qual o peso das ideologias religiosas nessa questão da abstinência?

Estamos seguindo os mesmos moldes do que vem acontecendo nos EUA com os governos conservadores, numa tentativa de empurrar valores morais e religiosos. O que se quer é impor um projeto moral, com alegações do tipo “o que está acontecendo é falta de freio” ou “o sexo é o problema” e isso tem um componente religioso extremamente forte. Não é à toa que temos no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos uma pastora. Mas é a evidência científica que deve nortear a formação de políticas públicas, não opiniões pessoais ou um projeto religioso.

Por Constança Tatsch

[Abstinência sexual proposta por Damares não vai vingar, dizem jovens](#)

Mesmo adolescentes que querem esperar duvidam de eficácia da medida; especialistas defendem educação

[\(Folha de S.Paulo, 19/01/2020 - acesse no site de origem\)](#)

“Perigoso”, “errado”, “sensacional”. Os adjetivos escolhidos por adolescentes para descrever a política de abstinência sexual proposta pela [ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves](#), para enfrentar a gravidez precoce e DSTs (doenças sexualmente transmissíveis) variam.

Mas têm uma coisa em comum: reconhecem que a chance de não vingar é grande e que investir em educação é crucial. A Folha ouviu oito jovens de São Paulo com até 18 anos, de diferentes locais e classes sociais, para saber o que pensam da medida.

De acordo com a pasta, a [política focada nos benefícios da iniciação sexual tardia](#) está em formulação e será complementar a políticas de estímulo a métodos contraceptivos.

Descrevem a [abstinência](#) como o único método 100% eficaz para evitar a gravidez indesejada. Ainda não há previsão de quanto será gasto.

O projeto vai ao encontro do que é defendido por movimentos como o Eu Escolhi Esperar (que prega a [vida sexual após o casamento](#)). Para especialistas, a política segue caminho errado e investir em educação seria mais eficaz.

O psiquiatra Jairo Bouer, que trabalha há cerca de 30 anos com adolescentes, classifica a

iniciativa como inócua e irresponsável.

“Ninguém consegue impor abstinência ao outro. As pessoas decidem iniciar a vida sexual quando têm desejo e quando estão preparadas”, diz.

O médico diz que a medida pode vulnerabilizar jovens, que não terão informação e suporte para ter vida sexual independente e saudável: “A sexualidade pode se tornar um tabu a mais.”

É na adolescência que os hormônios sexuais começam a ser produzidos, o que leva os jovens a direcionarem a [libido](#) a uma outra pessoa, diz [Carmita Abdo](#), coordenadora do ProSex (Programa de Estudos em Sexualidade) do Hospital das Clínicas da USP.

A especialista acha que a medida é impraticável. “A ideia pode ser adotada por quem já tiver predisposição a isso, que se sentirá referendado e apoiado. Mas não pelos outros”, diz.

A melhor solução, afirma Abdo, seria investir em uma educação sexual contextualizada, que não contemple apenas o ponto de vista biológico mas também comportamental, ético e de futuro.

Afinal, são muitos fatores que levam a uma gravidez precoce, não apenas a falta de informação sobre preservativos; eles vão desde o desejo de ser mãe até sexo sob efeito de álcool e drogas.

Pesquisa feita pelo Prosex mostrou que os adolescentes iniciam a atividade sexual no país dos 13 aos 17 anos, com maior incidência aos 15 anos.

Segundo dados preliminares do Ministério da Saúde, os [casos de gravidez na adolescência](#) caíram 39% de 2000 a 2018.

O número, porém, segue alto: segundo a ONU, 62 em 1.000 jovens de 15 a 19 anos [são gestantes](#). No mundo, a média é de 44 por 1.000.

O QUE DIZEM OS JOVENS

‘AÇÃO RADICAL E VIOLENTA PARA FALAR DE ASSUNTO DELICADO’

Tiane Cristina Silva, 16

Estudante, mora em Cantinho do Céu (zona sul)

Acho que a abstinência é uma abordagem errada. É preciso discutir, debater e orientar. Julgar o comportamento e o estilo de vida do jovem só será um ataque contra ele. Uma ação radical e, de certa forma, violenta para falar de um assunto tão delicado.

Nunca discuti o assunto com minha família, são bem reservados. Eu via o sexo como algo errado e proibido. Mas meus amigos da escola me falavam o contrário e havia pressão social para transar cedo. Eu ficava confusa.

Quem não faz sexo sofre bullying. Existe certa mentalidade entre os jovens, principalmente entre meninas, de que fazer sexo vai dar certo status. A mulher é muito sexualizada.

Na 7ª série, nunca tinha beijado, me chamavam de café com leite, virjona. Tentei não me deixar influenciar e esperei minha vontade.

‘É A MELHOR FORMA DE EVITAR GRAVIDEZ, MAS NÃO SERÁ EFICAZ’

Stéphanie Freitter, 18

Vestibulanda, mora em Jabaquara (zona sul)

De fato, a abstinência é a melhor forma de evitar gravidez e doenças. Mas não vai ser eficaz. A ideia é bonita no papel, mas na prática nada vai acontecer. Não dá para controlar a liberdade individual da pessoa.

Os adolescentes podem começar a mentir ainda mais para os pais. O cenário pode piorar, os jovens podem contrair mais doenças.

Existe uma pressão social para fazer sexo nova, conheço garotas que passaram por isso. Mas a abstinência não vai resolver isso. Temos que combater as desigualdades de gênero.

Tive aulas de educação sexual no colégio, acho que foi muito importante.

Sinto falta de campanhas que incentivem o uso de métodos contraceptivos. Deveriam fazer isso, não tentar evitar que adolescentes façam algo natural.

‘ACHO QUE SERÁ SENSACIONAL, O SEXO ESTÁ BANALIZADO’

Arianny Lima, 17

Recém-formada, mora em Jardim Panorama (zona oeste)

Acho que vai ser ótimo, sensacional. A vida sexual deve começar depois do casamento. É preciso ser criterioso na escolha do parceiro. Tenho uma visão cristã sobre isso.

Hoje, o sexo é muito banalizado. As pessoas fazem como se fosse o mesmo que dar um beijo, quando deve ser uma coisa íntima entre pessoas que se amam.

Muitas garotas são iludidas por homens, caem na lãbia deles. E muita gente não tem maturidade emocional para as consequências. A política pode dar certo dependendo de como for abordada. O que mais leva as pessoas a fazerem é a moda. Se a moda for o Eu Escolhi Esperar, pega bem.

Também é preciso investir em conscientização. Com conhecimento, dá para fazer a coisa certa.

‘O EU ESCOLHI ESPERAR NÃO DEVE SER IMPOSTO’

Sabrina Sotelo, 18

Estudante, mora em Parada Inglesa (zona norte)

O Eu Escolhi Esperar não deve ser imposto. Não foi para mim, não quero que seja para os outros [ela é adepta do movimento].

Cada um pensa de um jeito. Acho difícil dar certo. Querer impor isso aos adolescentes é muito pesado. Não dá para mudar a pessoa.

Sexo não pode ser mostrado como um tabu. Até porque quem decidiu esperar um dia vai fazer. O que precisam ensinar é que existem doenças e consequências, e fazer campanhas.

Alguns adolescentes vão acabar simplesmente ignorando a política de abstinência, enquanto outros podem se identificar com a proposta.

Mas também não acho certo incentivar o sexo. Hoje, em todo lugar se vê isso, na televisão e tudo o mais. É como o mundo está hoje.

‘MUITA GENTE VAI QUERER FAZER SEXO PORQUE É PROIBIDO’

Nicollas dos Santos, 18

Estudante, mora no Parque Residencial Cocaia (zona sul)

A ideia não vai render. Muita gente vai querer fazer [sexo] porque é proibido. Pode gerar uma revolta dos adolescentes, que se fechariam mais.

Já que os atos sexuais vão acontecer de qualquer forma, é mais justo colocar educação sexual nas escolas. Eu nunca tive.

Meus amigos não são bem informados sobre sexo. Se fossem, haveria um controle melhor. Perdi a virgindade com 12 anos, não me arrependo, mas poderia ter tido mais informações.

Um ponto interessante que a Damares falou foi sobre a relação entre afeto e sexo. Essa ligação está meio esquecida entre nós jovens, mas eu discordo de que existam almas gêmeas. As pessoas se conhecem e se apaixonam, e se não for pra ser, não será.

‘VÃO TER QUE RALAR BASTANTE PARA FAZER DAR CERTO’

Kawany Cezar, 18

Operadora de loja, mora em Jardim Umarizal (zona sul)

Para conseguir fazer a política dar certo, vão ter que ralar bastante. Os adolescentes de hoje, ainda mais com o funk, são muito influenciados a fazer sexo. Em vez de não transar, os jovens têm que se cuidar, tomar remédio e saber com quem se relacionar.

Perdi a virgindade com 13 anos. A gente se apaixonava e cede fácil. Me arrependo profundamente, apesar de ter sido uma decisão minha. Não tinha maturidade. Todos os meus amigos começaram cedo a vida sexual.

Minha família ficou desesperada quando soube, com medo de eu engravidar.

Diziam para eu pensar em outras coisas na vida, já que não nasci em berço de ouro. Nunca engravidei.

Acho que deve haver mais conversa entre família e amigos e menos julgamento.

‘ABSTINÊNCIA É DIFÍCIL, JOVENS DEVEM SE PREVENIR’

Kerolyn Ferreira, 15

Estudante, mora em Vila Clara (zona sul); está grávida de seis meses

A abstinência é uma solução difícil. Os jovens devem se prevenir. Muitas vezes a gente não ouve nossos pais e acha que não vai engravidar. Mas acontece.

Eu não planejei minha gravidez. Conversava com o namorado, tinha uma preocupação, mas, na hora do ato, ninguém prestava atenção. Quando o teste de gravidez deu positivo, tomei um soco de realidade.

Perdi a virgindade prestes a fazer 13 anos, com um menino que eu gostava, três anos mais velho. Eu era nova, não sabia das coisas.

Acho que os pais devem ser mais amigos dos filhos. Aconselhar, não dizer que é errado perder a virgindade ou brigar. Todo mundo faz.

Cortam os laços com os filhos, que fazem coisas escondidas e não dão bola para o que falam.

‘QUANDO OS ADOLESCENTES TÊM VONTADE, ELES FAZEM’

Tamires Bonaldi, 17

Caloura de direito, mora em Campo Belo (zona sul)

Quando os adolescentes sentem vontade de fazer sexo, eles fazem. Se todo mundo focar na abstinência, não se falará de métodos contraceptivos e será mais perigoso.

Tudo o que aprendi sobre o assunto foi com amigos e internet. Converso muito com minhas amigas, a gente se apoia. Nunca falei muito de sexo com a minha família, mas nunca disseram que era errado. Acho que o tema precisa ser ensinado nas escolas e os pais devem conversar com os filhos.

Decidi ter relação sexual porque eu quis. Mas existe uma pressão por parte dos meninos de que tem que ser cedo, logo. Vivemos em uma sociedade patriarcal. É preciso conversar com eles.

Sexo deve acontecer quando duas pessoas se sentem confortáveis e íntimas.

Por Julia Zaremba

Abstinência não é política pública, por Flávia Oliveira

No ano passado, nas estatísticas do Registro Civil, o IBGE apurou que um em cada cinco bebês nascidos no país era filho de jovens com menos de 20 anos

(O Globo, 10/01/2020 - acesse no site de origem)

O cerco dos guardiões da moral, dos costumes e da fé aos princípios constitucionais de um Estado que se apresenta democrático, inclusivo e laico deixou de ser novidade no Brasil. A onda de repressão a produções artísticas nos últimos anos desaguou no ataque à sede da produtora Porta dos Fundos, na véspera do Natal, e, esta semana, na censura imposta pelo

desembargador Benedito Abicair, do TJ-RJ, ao programa em que um Jesus Cristo gay apresenta o namorado à família. Agora, se aproxima das políticas públicas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos das jovens brasileiras.

Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, desde os primeiros meses no cargo defendia que a abstinência integrasse o debate nas escolas sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e gravidez na adolescência. Mais recentemente, a pasta passou a promover eventos sobre o tema. Por sua vez, o Ministério da Saúde, informou Vinicius Sassine no GLOBO, pôs fim à caderneta de saúde do adolescente, que reunia informações sobre puberdade, sexo seguro e contracepção. São retrocessos de motivação religiosa — portanto, indesejáveis na formulação de políticas sociais.

Num esforço para que evidências científicas prevaleçam em assuntos de saúde pública, a Rede Feminista de Ginecologia e Obstetrícia, formada por 27 profissionais da área de todo o país, elabora em forma de artigo uma resposta ao governo. O grupo também se articula para participar de audiências com ministérios, parlamentares e membros do Judiciário, bem como organizações da sociedade civil, educadores e instituições religiosas. “A intenção é fazer a informação circular. Há muitos estudos provando que abstinência não produz resultado em evitar gravidez e DST. O que funciona é educação e acesso a contraceptivos”, argumenta a médica Ana Teresa Derraik Barbosa, integrante da Rede.

No texto, em fase final de elaboração, as médicas lembram que o Brasil carece de iniciativas de combate à gestação precoce. E alertam que o estímulo à ‘preservação sexual’ pode ser opção como exercício de autonomia, mas não política pública para reverter a alta incidência de gravidez na adolescência. “Ter apenas a abstinência, em detrimento de educação em saúde sexual, planejamento familiar e prevenção de doenças, representa uma negligência grave”, afirmam.

Num conjunto de estatísticas de gênero do IBGE, o Brasil aparece com taxa de fecundidade adolescente de 56 por grupo de mil moças com idade entre 15 e 19 anos. O indicador é usado internacionalmente como medida de proteção à infância e à adolescência. Na Região Norte, onde os níveis de informação e de renda são menores, a taxa supera 85 nascimentos para cada mil jovens.

No ano passado, nas estatísticas do Registro Civil, o IBGE apurou que um em cada cinco (21,2%) bebês nascidos no país era filho de jovens com menos de 20 anos. O mais grave é que a incidência não é homogênea; alcança, como todas as mazelas nacionais, a população mais pobre. “Quase 18% das adolescentes de renda mais baixa se tornam mães, enquanto no estrato acima de cinco mínimos a proporção não chega a 1%”, informa o documento.

A gravidez precoce tem consequências graves para o futuro tanto das jovens mães quanto dos bebês, porque se relaciona com evasão escolar, aumento de mortalidade materna, prematuridade, baixo peso ao nascer e óbito fetal. Também confina famílias a ciclos de pobreza e vulnerabilidade social, além de expor mulheres e crianças à violência doméstica. No país, dois em cada três jovens que não estudam nem trabalham, os chamados nem-nem, são mulheres. A maioria está fora da escola e do mercado laboral em razão de atribuições domésticas e de cuidados com pessoas.

É situação que poderia ser evitada com políticas bem desenhadas de saúde reprodutiva: “programas contendo orientações sobre o desenvolvimento do corpo da adolescente, prevenção de abuso sexual e infecções sexualmente transmissíveis, planejamento familiar,

vantagens de não se engravidar na adolescência conseguem, inclusive, aumentar a idade da primeira relação sexual”, recomenda o documento. O futuro do país estará comprometido, se a sociedade permitir que convicções morais e religiosas se sobreponham à ciência e às melhores práticas em políticas sociais.

Brasileiras têm filhos mais tarde, mas 430 mil mulheres até 19 anos deram à luz em 2018, mostra IBGE

Levantamento mostra que na última década diminui a proporção de mães com menos de 30 anos. Maior aumento no número de nascimentos foi de mães com idade entre 35 e 39 anos.

(G1, 04/12/2019 - acesse no site de origem)

As mulheres brasileiras estão esperando mais tempo para serem mães, priorizando a gestação após os 30 anos de idade. É o que sugerem as Estatísticas do Registro Civil, divulgadas nesta quarta-feira (4) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o levantamento, entre 2008 e 2018, diminuiu o número de mulheres que tiveram filho com menos de 30 anos de idade, enquanto aumentou o daquelas que se tornaram mãe após essa idade. Também diminuiu a proporção daquelas que têm filhos após os 45 anos.

O levantamento foi feito com base nos registros de nascidos vivos realizados pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais de todo o país. Os dados consideram as crianças registradas em 2018 – uma pequena proporção desses nascimentos são de pessoas nascidas em anos anteriores, mas que só foram registradas no ano passado.

No período, diminuiu em 16,1% o número de crianças nascidas de mulheres com menos de 30 anos. Em contrapartida, aumentou em 36% o número dos nascimentos para mães entre os 30 e os 44 anos. Na faixa etária acima de 45 anos, diminuiu em 14,9%.

Ainda assim, o IBGE mostra que, no ano passado, 18.231 jovens de menos de 15 anos tiveram filhos no país. Outras 414.866 mulheres tinham entre 15 e 19 anos quando deram à luz. Em 2008, esses números foram de 23.149 e 519.605, respectivamente.

“Tais resultados corroboram as tendências, observadas nos censos demográficos, de redução da taxa de fecundidade das mulheres mais jovens”, destacou o IBGE.

A maior queda na comparação entre os dados de 2008 e 2018 foi observada entre as mulheres que tiveram filho com menos de 15 anos (-28%). Já o maior aumento foi observado no grupo de mulheres com idades entre 35 e 39 anos (56%).

- Menos de 15 anos: -28%
- 15 a 19 anos: -26%
- 20 a 24 anos: -17%
- 25 a 29 anos: -8%
- 30 a 34 anos: 26%
- 35 a 39 anos: 56%
- 40 a 44 anos: 36%
- 45 a 49 anos: -11%
- 50 anos ou mais: -28%

Mais nascimentos

De acordo com o IBGE, em 2018 foram registrados 2.899.851 nascimentos ocorridos no ano, 3,6% a mais que em 2008. Na comparação com 2017 também foi observada alta, de 1%.

O aumento entre 2017 e 2018, segundo o IBGE, foi puxado pelos nascimentos registrados nas regiões Nordeste (2,6%), Norte (2,3%) e Centro-Oeste (2%). No Sudeste e no Sul foram observadas quedas no número de nascimentos, respectivamente de -0,4% e -0,1%.

Entre os estados, o destaque ficou com Roraima, que registrou aumento de 13,4% no número de nascimentos. No Mato Grosso, segundo no ranking, a alta foi de 8,4%.

A gerente da pesquisa, Klívia Oliveira, disse que a pesquisa não é capaz de mostrar, por si só, o que influenciou a [alta expressiva de Roraima na comparação com os demais estados quando questionada se haveria relação com a imigração venezuelana](#).

O IBGE destacou ainda que, em 2018, a média mensal de registros de nascimentos em todo o país foi de 241.654, sendo que os meses de fevereiro, setembro, novembro e dezembro apresentaram valores inferiores a essa média.

Já quando considerado o mês de nascimento das crianças registradas, maio foi o que apresentou o maior número (264.988), enquanto em novembro, o menor (222.722).

Por Daniel Silveira

'Os preconceitos de gênero podem e devem ser combatidos na escola'

Promover esse debate, segundo ela, evita a gravidez na adolescência e suas consequências: evasão escolar, casamento precoce e vulnerabilidade social

(Estadão, 08/11/2019 - acesse no site de origem)

Ministra do governo Fernando Henrique Cardoso, secretária estadual em São Paulo e uma das vozes mais respeitadas quando se fala em educação no País. A professora Claudia Costin garante que um bom sistema educacional incorpora no currículo a discussão sobre gênero, que acabou ficando de fora da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). “Os preconceitos de gênero podem e devem ser combatidos na escola”, diz Claudia, que hoje é diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais, da Fundação Getúlio Vargas (Ceipe/FGV).

Promover esse debate, segundo ela, ajudaria a evitar a gravidez na adolescência e suas consequências: evasão escolar, casamento precoce e vulnerabilidade social. “A menina que consegue se manter na escola constrói um caminho profissional que garante autonomia, inclusive financeira”, explica a educadora. “Logo, fica menos sujeita a aceitar uma relação agressiva.”

Claudia vê risco na proposta de unificar os gastos mínimos de saúde e educação, apresentada pelo governo federal no dia 5 de novembro. De acordo com ela, a educação seria a área mais prejudicada. “Ninguém morre de falta de educação. Não imediatamente”, afirma a diretora do Ceipe/FGV. “A gente perde saúde por falta de educação, aumenta taxa de fertilidade da mulher e cria uma série de outros subprodutos que acabam promovendo um menor desenvolvimento.”

Projeto do site Capitu em parceria com o Facebook e o International Center for Journalists, a websérie Deixa Ela discute diferentes aspectos do cotidiano das mulheres na sociedade brasileira. Em nove capítulos, trará entrevistas exclusivas com personalidades como as deputadas Joice Hasselmann e Tabata Amaral, a artista Daniela Mercury e a jogadora Cristiane, entre outras.

Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista:

Pesquisas mostram que os preconceitos de gênero da sociedade acabam sendo reproduzidos dentro da sala de aula. É papel da escola impedir que isso aconteça?

Os preconceitos de gênero entram na escola de muitas formas. Acontece quando o professor apresenta a sua visão de mundo como sendo uma verdade científica. Ou quando os alunos trazem eventuais preconceitos de casa e o professor se sente inibido de problematizá-los. Os preconceitos de gênero podem e devem ser combatidos na escola. Hoje, existe cuidado inclusive na escolha dos livros didáticos, para verificar se as imagens que estão ali não reproduzem preconceitos existentes na sociedade, como mostrar uma mulher negra aparecendo somente na função de empregada. Os bons sistemas educacionais incorporam essa discussão de gênero em seus currículos. Tanto para discutir os desafios da mulher quanto para se olhar para a diversidade dos gêneros e das identidades de gênero que existam na humanidade. Não apresentar essas questões na sala tira a possibilidade de a criança entender o que vê nos meios de comunicação e na rua. Contando com a orientação de

um adulto responsável, que pode lhe explicar as várias situações. Infelizmente, na discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esse tipo de discussão e de orientação foi retirado para não constranger determinados grupos religiosos.

Quais seriam os efeitos de essa discussão ser feita na escola?

A grande vantagem de tratar o assunto na escola, de uma maneira mais científica, é poder desarmar preconceitos, permitindo que se viva de forma menos agressiva as relações interpessoais. Tudo o que é diferente causa um certo medo na criança e no adolescente. E o medo, muitas vezes, gera agressividade. Eu acabo me afastando do que não entendo bem - ou mesmo agredindo. Passar o que a ciência diz a respeito de gênero pode ser uma maneira de desarmar a violência e agressividade e construir uma convivência pacífica.

A redução dos índices de gravidez na adolescência também pode ser uma consequência positiva do debate?

Sim. As informações necessárias sobre gravidez na adolescência podem ser repassadas. Algumas famílias têm o preparo necessário e até preferem discutir essas questões. Mas isso não invalida que a escola fale do aparelho reprodutor da mesma maneira que fala do aparelho digestivo. Isso faz parte do currículo de ciências, dar as informações para se evitar gravidez precoce. Quando, no ambiente escolar, se permite que alguns medos e temores sejam verbalizados e possam ser endereçados, até num diálogo de políticas públicas, você prepara essa adolescente para retardar a gravidez ou o casamento. Ambos levam à evasão escolar. E se houver esse abandono, as chances de empregabilidade dessa garota e a possibilidade de ela se realizar no futuro tendem a diminuir.

Há diferença entre a evasão escolar de meninos e meninas?

O menino sai da escola por uma série de razões. Todo mundo desconfia que é para trabalhar. Não, não é. Pesquisas mostram que eles saem porque acham a escola desinteressante. O menino não vê sentido no que está aprendendo ou foi acumulando fragilidades na aprendizagem ao longo da sua escolaridade e, de alguma maneira, chega à conclusão de que ele não foi feito para aprender. Por isso não se pode deixar que o déficit de aprendizagem se acumule. Mas os garotos também saem da escola, especialmente em grandes centros urbanos, porque descobrem muito cedo que podem ganhar uma posição de prestígio se trabalharem para o tráfico ou para grupos de milícia. Ele ganha mais dinheiro e prestígio social. Ele namora as jovens que ele quiser. Com a escolaridade, esse prazer, esse poder é postergado.

E o que ocorre com as meninas?

Temos de olhar para algumas questões sérias, como a gravidez e o casamento precoce. Mas também é necessário dar atenção para algo de que se fala menos: o trabalho de cuidar dos irmãos mais jovens. Quando a mãe sai para trabalhar, muitas meninas mais velhas acabam se dividindo entre a escola e a rotina com os irmãos pequenos. Isso atrapalha muito a vida dela. No pouco tempo que sobra, a garota acaba querendo ter um pouco de vida adolescente.

Há uma correlação entre evasão escolar de meninas e aumento do índice de violência contra a mulher?

A menina que consegue se manter na escola constrói um caminho profissional que garante autonomia, inclusive financeira. Logo, ela fica menos sujeita a aceitar uma relação agressiva,

uma relação que a faça sofrer. Infelizmente, por uma questão até de sobrevivência econômica, muitas mulheres no passado tiveram de aguentar um casamento infeliz, um casamento violento ou relações afetivas violentas.

Acabar com a evasão escolar requer uma política pública específica?

Uma política pública importante para evitar que adolescentes abandonem a escola é implantar educação em turno único com sete horas de aula, como praticam os países que têm bons sistemas educacionais. O Brasil, infelizmente, tem aulas de manhã e à tarde. São dois turnos. Ter um turno único com crianças e adolescentes estudando no mesmo horário libera os pais para trabalhar e permite que os adolescentes tenham um aprendizado mais aprofundado.

A senhora enxerga um projeto consolidado de educação no governo de Jair Bolsonaro (PSL)?

O Brasil teve uma sorte muito grande de ter construído uma Base Nacional Comum Curricular antes desse governo. E a etapa que estamos vivendo hoje é de tradução dessa base em currículos estaduais e municipais. Em um certo sentido, os Estados, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) estão assumindo protagonismo nesse processo de garantir as condições de aprendizado. Assim como o Conselho Nacional de Educação, ao revisar as diretrizes para docência. Considero que nós continuamos trabalhando pelo futuro.

Qual a avaliação da senhora sobre a unificação do piso nos gastos mínimos em saúde e educação, prevista na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Pacto Federativo? Quais as possíveis consequências?

A ideia de descentralizar é positiva. Mas juntar educação e saúde em um pacote só e acabar desvinculando a obrigação constitucional que existe hoje, tanto para a educação quanto para a saúde, é um risco tremendo. Os países que têm bons sistemas educacionais são assim porque enfatizaram a educação mesmo em períodos de crise fiscal. E a educação tem um problema: ninguém morre de falta de educação. Não imediatamente. A gente perde saúde por falta de educação, aumenta taxa de fertilidade da mulher e cria uma série de outros subprodutos que acabam promovendo um menor desenvolvimento. Vários pesquisadores mostram que há uma correlação muito forte entre a qualidade da educação e o crescimento de longo prazo. Ao colocar os dois em um mesmo pacote, como a emergência imediata é da saúde, vai fazer com que os governantes tendam a aumentar o gasto em saúde e diminuir de forma importante os gastos em educação.

A senhora disse que a ideia de descentralizar não é ruim. Por quê? E como poderia ser colocada em prática?

Não é ruim descentralizar o poder decisório em relação a uma série de fatores em educação. Alguma descentralização dos gastos precisa ocorrer, mas é preciso criar um sistema nacional de educação, como existe na saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi uma concepção da Constituição de 1988, que articulou melhor as ações da União, dos Estados e dos municípios em saúde. Nós deveríamos fazer o SUS da educação bem feito, cabendo ao governo um papel de coordenação e articulação.

O MEC anunciou o programa Educação em Prática, cuja proposta é aumentar a nota

de universidades particulares que oferecem espaços ociosos para o governo. Alguns especialistas acreditam que a proposta pode mascarar a ineficiência do ensino superior. Qual a opinião da senhora?

Concordo com essa avaliação de que pode mascarar a ineficiência do ensino superior. Eu colocaria algum incentivo nessa direção. Poderia haver duas notas: uma englobando esse tipo de apoio e outra com o desempenho da universidade tanto em ensino quanto em pesquisa. É um incentivo bacana. Com certeza, as engenharias poderiam oferecer o uso de seus laboratórios para o ensino técnico. As faculdades de humanas teriam como permitir o acesso às suas bibliotecas e a algumas aulas dadas nas universidades. A própria Universidade de São Paulo (USP) desenvolve projetos hoje com o ensino médio e, às vezes, até com o fundamental 2 de escolas públicas. É uma medida positiva que vai ao encontro do que se faz no mundo.

O Abraham Weintraub defende mais liberdade para a atuação das universidades particulares. Como a senhora vê essa possibilidade?

Não concordo com essa ideia. Acho que é muito importante que a gente diga com clareza o que esperamos das faculdades particulares ou públicas. Regulação é papel do Estado. E não vejo motivo para diminuir a regulação sobre as faculdades particulares. O que precisa fazer é uma regulação mais inteligente, que abra espaço para a inovação e não retirar a regulação.

Por Bianca Gomes e Pedro Prata

Cresce proporção de bebês nascidos de adolescentes na periferia de SP

Em queda na capital, gravidez precoce passa a se concentrar entre meninas negras e pobres

(Folha de S.Paulo, 27/05/2019 - acesse no site de origem)

Luna, 17, conta nos dedos até encher a mão o número de amigas próximas que já são mães. “Cinco. É muito”, reconhece. Ela está grávida de seis meses. Para Luna, que é negra e moradora do Capão Redondo, na periferia de São Paulo, engravidar na adolescência não é incomum, apesar de ela lamentar a gestação. “Nem saiu e já é ruim”, diz.

A probabilidade de uma mãe adolescente ser negra na cidade de São Paulo aumentou nos últimos anos, segundo análise do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), realizada com base em dados do SUS e da prefeitura.

A proporção de bebês nascidos de meninas negras, entre 15 e 19 anos, passou de 56%, em 2012, para 62% em 2017, último ano com dados disponíveis.

Apesar de o número absoluto estar em queda na capital, os casos estão cada vez mais concentrados na periferia.

Em 2009, os dez distritos com os piores índices da cidade tinham 25% do total de bebês nascidos de mães adolescentes —em 2017, essa proporção passou para 31%.

Para a coordenadora do Unicef em São Paulo, Adriana Alvarenga, os dados são resultado de uma “falta de investimento histórico na redução das desigualdades intramunicipais”. Ela diz que o fenômeno tem ocorrido com outros indicadores sociais, como homicídios de adolescentes.

“Vemos essa piora da desigualdade também em outras cidades. Isso precisa ser tratado de forma urgente e estratégica, porque, quanto mais acirradas as desigualdades, mais difícil é de reverter”.

A professora da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa Tania Lago ressalta que, enquanto o número de bebês nascidos de mães adolescentes brancas diminuiu consistentemente no período, quase 30%, para negras, houve até um aumento entre 2013 e 2015.

“As jovens brancas têm mais acesso a informação, anticoncepcionais e a formas de provocar o aborto”, afirma.

No bairro de Luna, o Capão Redondo, o número de bebês de adolescentes negras subiu 11% entre 2012 e 2017, chegando a 430. O nome da adolescente foi trocado para preservar sua identidade. Luna seria o nome do bebê, se fosse menina, e o que ela escolheu para ser chamada nesta reportagem. Seu filho vai se chamar Pietro Henrique.

Luna desconfiou que podia estar grávida quando a menstruação atrasou. “Não desceu para mim. Estava com suspeita”, conta ela, evitando certas palavras, por timidez.

A adolescente comprou um teste de farmácia, que deu positivo. “Mas eu não queria acreditar, porque teste de farmácia mente. Assim diz o povo, mas não mentiu nada.”

Luna adiou ao máximo a ida ao posto de saúde, onde recebeu a confirmação. “Fiquei pensando o que eu ia fazer da minha vida com filho atrás de mim”. A adolescente planejava fazer ensino técnico de enfermagem —“gosto de cuidar das pessoas e dos bichinhos— e arrumar um emprego, quando ficou grávida.

O pai da criança tem 19 anos e trabalha em uma lanchonete. Ela conta que o casal usava camisinha, mas “só de vez em quando”. O jovem a chamou para morar com ele, mas Luna preferiu ficar na sua casa. “Estar com a mãe é a melhor coisa”, diz a menina, que sorri e inclina a cabeça encabulada.

Sua mãe trabalhava como auxiliar de cozinha e ganhava R\$ 1.200, mas foi demitida. Luna nasceu quando ela era adolescente, e a menina nunca conheceu o pai. A mãe de Luna sempre lhe dizia que não queria o mesmo para ela: “primeiro estuda, tem uma vida boa e só depois tem filho”.

Luna tem sentimentos divergentes com a gravidez. “É legal e é ruim. A pior parte é que as pessoas te julgam.” Uma desconhecida falou para a menina na rua que ela deveria estudar “ao invés de ficar caçando filho”. “Como se eu tivesse procurando [engravidar]”, reclama Luna.

Essa culpabilização da mulher é comum, diz a socióloga Nicole Campos, gerente técnica da

Plan International Brasil, ONG que trabalha com direitos sexuais e reprodutivos.

“Sempre associamos gravidez na adolescência à mãe. É ela que não tomou as precauções. Mas a mulher não faz o filho sozinha, então é preciso falar de paternidade na adolescência”, diz Campos.

Alvarenga, do Unicef, concorda. “Além disso, a negociação do uso do preservativo tem muito a ver com o poder masculino perante a menina”.

A vendedora Evelin Rosa, 20, também enfrentou o julgamento dos colegas e familiares quando engravidou aos 15 anos. “Eu ia para escola de barrigão, as pessoas apontavam: ‘que menina besta’”, lembra ela, que é negra e mora no Itaim Paulista, na zona leste.

Quando teve as primeiras relações sexuais, Evelin pediu à mãe seus documentos, para marcar uma consulta no ginecologista na unidade de saúde. A mãe sumiu com os papéis para que ela não fosse.

“Meus pais não eram religiosos, mas eram muito reservados. Eu não podia nem ver beijo na TV”, diz Evelin. Ela ganhou uma cartela de anticoncepcional da amiga, mas não sabia bem como tomar e acabou engravidando.

No caso de Luna, a mãe tentou levá-la ao ginecologista, só que a menina tinha vergonha.

A mãe marcava, e Luna não ia. Quando foi ao posto, era já para o pré-natal. E aconteceu o que ela temia: foi reconhecida por uma vizinha. “Ela contou que eu estava grávida para o Brasil inteiro”, diz Luna.

Segundo especialistas, essa situação é comum. “Algumas unidades até oferecem o serviço, mas as barreiras enfrentadas pelas meninas para obter métodos contraceptivos de forma gratuita são o tabu e a vergonha”, diz Campos.

O professor de ginecologia da Unicamp Luis Guillermo Bahamondes diz que é preciso oferecer um espaço acolhedor e com privacidade para receber os adolescentes.

“A moça dos Jardins pode ir ao médico privado, a da periferia não. E se ela vai ao centro de saúde, muitas vezes só tem consulta meses depois.”

Bahamondes defende que é necessário aumentar a oferta na rede pública de métodos de longa duração, mais eficientes, como DIU de cobre e de levonorgestrel e implantes.

Alvarenga, do Unicef, diz que as políticas públicas precisam tratar o tema da sexualidade nas escolas e com as famílias, com naturalidade.

Além do tabu, outro fator de risco para adolescentes, principalmente na periferia, é a falta de um projeto de vida que inclua perspectiva de estudo e carreira. Ao mesmo tempo, a gestação precoce agrava a situação, porque é comum a adolescente deixar a escola e ter dificuldade de entrar no mercado de trabalho.

Para Evelin, a gravidez adiou os planos. “Parou a minha vida, de certa forma.” Ela queria fazer faculdade de química e ter um emprego bom para ajudar os pais e viajar. “Ainda tenho esses sonhos, mas hoje preciso ter o pé no chão”.

Mães adolescentes recuam 24% em dez anos, e união homoafetiva segue em alta

Número de divórcios cresceu, mas proporção de casais que divide guarda dos filhos é maior

(Folha de S.Paulo, 31/10/2018 - acesse no site de origem)

Em dez anos, caiu mais de 24% o número de mães adolescentes no país. Em 2007, quase 630 mil garotas com idade entre 15 e 19 anos deram à luz. No ano passado, foram 476 mil.

Cerca de [20% das crianças nascidas em 2007](#) eram filhas de mulheres com esse perfil. Em 2017, o percentual foi para 16%.

Ao mesmo tempo, cresceu 34% o número de mulheres que tiveram filhos depois dos 30 anos. Eram 763 mil em 2007, contra mais de 1 milhão em 2017.

Os números são das Estatísticas do Registro Civil, levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgado nesta quarta-feira (31). O estudo reúne informações sobre nascimentos, mortes, matrimônios e divórcios.

Outro ponto observado é o crescimento de casamentos homoafetivos, que subiram 10% de 2016 a 2017. O maior aumento foi na região Centro-Oeste (13,8%) e o menor, no Nordeste (1%).

O crescimento foi mais expressivo nas uniões entre mulheres: subiram 15,1% e representam 57,5% dos casamentos entre pessoas do mesmo sexo no país.

O total de matrimônios, porém, caiu cerca de 2%. O estado que registrou a maior queda foi o Ceará (mais de 10%). No Amapá, por sua vez, as uniões subiram 11% entre 2016 e 2017.

Além de menos frequentes, os casamentos agora duram menos. O tempo médio entre a data de união e a da separação saiu de 17 anos, em 2007, para 14 anos, em 2017. Entre 2016 e o ano passado, houve alta de 8% nos divórcios em todo o país.

Mais casais divorciados, contudo, decidiram compartilhar a guarda dos filhos menores de idade. O salto em apenas um ano (2016 a 2017) foi de 33%, e a prática é mais frequente na região Sul do Brasil (acontece em cerca de 24% dos casos).

A alta, segundo avaliação do IBGE, é uma tendência que vem sendo observada desde 2014, quando uma [mudança na legislação](#) passou a incentivar a adoção da guarda compartilhada. Naquele ano, 7,5% dos casais optavam pelo modelo. Em 2017, foram 20,9%.

Ainda assim, o compartilhamento é exceção: em sete de cada dez casos de divórcio entre casais heterossexuais, as crianças ficam sob responsabilidade da mãe.

NASCIMENTO

Quanto às estatísticas populacionais, o IBGE indica que o número de nascimentos cresceu 2,6% em 2017, recuperando parte da queda registrada em 2016. Ainda assim, nasceram menos crianças do que em 2015.

As mortes, por sua vez, são mais frequentes: houve 23,5% mais óbitos em 2017 em comparação com 2007.

Os dados não chegam a surpreender. A [previsão do IBGE](#) é que a população brasileira cresça em ritmo cada vez mais lento.

A partir de 2050, quando seremos cerca de 233 milhões, a tendência é que o número de brasileiros comece a cair.

América Latina supera taxa mundial de gravidez na adolescência

A taxa de gravidez na adolescência na América Latina e no Caribe é uma das maiores do mundo, superada apenas em regiões da África, aponta um relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

[\(AFP, 17/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Segundo o documento intitulado “O poder de decidir”, 62 a cada mil jovens com idade entre 15 e 19 anos ficam grávidas na América Latina.

Esse número excede a taxa média de 44 por 1.000 adolescentes grávidas em todo o mundo, e está abaixo apenas das 93 na África Oriental e Austral e 114 na África Ocidental e Central.

“A questão da fecundidade adolescente é um fenômeno que caracteriza a região de alguma forma”, disse à AFP Esteban Caballero, diretor do UNFPA para a América Latina e o Caribe.

Equador (111), Honduras (103), Venezuela (95), Nicarágua (92) e Guatemala (92) têm as taxas mais elevadas, ao contrário do Chile (41), Trinidad e Tobago (38), Curaçao (35), Aruba (35), Bahamas (32) e Martinica (20).

Entre as causas, Caballero observa que “um determinante básico é a falta de acesso a métodos contraceptivos, isso é o mais óbvio”.

Segundo o UNFPA, existem países onde um menor de 18 anos não pode comprar

contraceptivos se não tiver a permissão dos pais ou tutor, o que dificulta a aquisição dos métodos mais modernos, como a pílula.

A violência sexista, a falta de educação sexual, principalmente em escolas, e os casamentos precoces são outros fatores que contribuem para o fenômeno. A maternidade na região “começa pouco depois da primeira relação sexual, e as primeiras uniões costumam ser formalizadas perto ou depois de uma gravidez, muitas vezes de maneira involuntária”, ressalta o texto.

- Pobreza, o círculo vicioso -

Segundo a ONU, a gravidez na adolescência é mais comum nos agregados familiares mais pobres e deve-se mais à falta de acesso a métodos contraceptivos do que ao desejo de ter filhos.

Essa situação impede que tenham maior acesso à educação sexual ou à independência econômica, motivo pelo qual são mais vulneráveis a engravidar desde cedo, e isso acaba reproduzindo o círculo da pobreza.

“A gravidez na adolescência aumenta o risco de uma vulnerabilidade durante toda a vida, pois pode acabar com oportunidades de maior educação, emprego e, assim, oportunidades de renda. É um fator de transmissão geracional da pobreza”, disse Caballero.

Além disso, a gravidez indesejada estimula a prática do aborto em condições inseguras e clandestinas, em uma região onde, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), 44 por 1.000 mulheres com entre 15 e 44 anos abortaram entre 2010 e 2014, taxa 9 pontos acima da média mundial.

“As adolescentes que vivem em domicílios mais ricos têm maior acesso a informações sobre saúde sexual e reprodutiva, e maior acesso a serviços de controle de natalidade. Além disso, podem buscar serviços de aborto em condições de segurança, ainda que ilegalmente”, aponta o relatório.

- Consenso e religião -

Para evitar a gravidez precoce, Caballero defende um consenso entre o governo e setores da sociedade civil para estabelecer uma nova abordagem que facilite a educação sexual, o acesso a contraceptivos e o empoderamento das mulheres.

“É uma realidade que existe, mas que nem sempre é reconhecida, e então não a abordamos do ponto de vista da saúde pública, mas tomamos isso do ponto de vista moral”, apontou Caballero.

Mas outro obstáculo possível é a influência da religião, principalmente católica, mas com um grande avanço dos evangélicos, que são contrários ao planejamento familiar e ao uso de métodos contraceptivos ou aborto.

No entanto, Caballero minimiza este aspecto: “Há muitas mulheres que decidiram ter menos filhos e que na maioria dos casos optam pelo uso de contraceptivos modernos, e estas são mulheres que são de diferentes igrejas”, disse ele.

Brasil tem gravidez na adolescência acima da média latino-americana, diz OMS

A cada mil adolescentes brasileiras entre 15 e 19 anos, 68,4 ficaram grávidas e tiveram seus bebês, diz relatório da Organização Mundial da Saúde.

[\(Bem Estar, 01/03/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O Brasil tem 68,4 bebês nascidos de mães adolescentes a cada mil meninas de 15 a 19 anos, diz relatório da Organização Mundial da Saúde.

O índice brasileiro está acima da média latino-americana, estimada em 65,5. No mundo, a média é de 46 nascimentos a cada mil.

Em países como os Estados Unidos, o índice é de 22,3 nascimentos a cada 1 mil adolescentes de 15 a 19 anos.

Leia mais: [Índice de gravidez na adolescência é 'inaceitavelmente alto' na América Latina, diz ONU \(Extra, 28/02/2018\)](#)

O relatório da OMS foi divulgado na quarta-feira (28) e as taxas se referem ao último período analisado - entre 2010 e 2015.

Um outro ponto divulgado pela entidade é que a América Latina é a única região do mundo com uma tendência crescente de gravidez entre adolescentes menores de 15 anos.

“A gravidez na adolescência pode ter um efeito profundo na saúde das meninas durante a vida”, disse Carissa Etienne, diretora da Organização Pan-Americana de Saúde/OPAS, em nota.

“Não apenas cria obstáculos para seu desenvolvimento psicossocial, como se associa a resultados deficientes na saúde e a um maior risco de morte materna. Além disso, seus filhos têm mais risco de ter uma saúde mais frágil e cair na pobreza”, continua Carissa.

Também o documento indica que, apesar de a fecundidade total na América Latina ter diminuído nos últimos 30 anos, o mesmo ritmo não foi observado nas gestações de adolescentes.

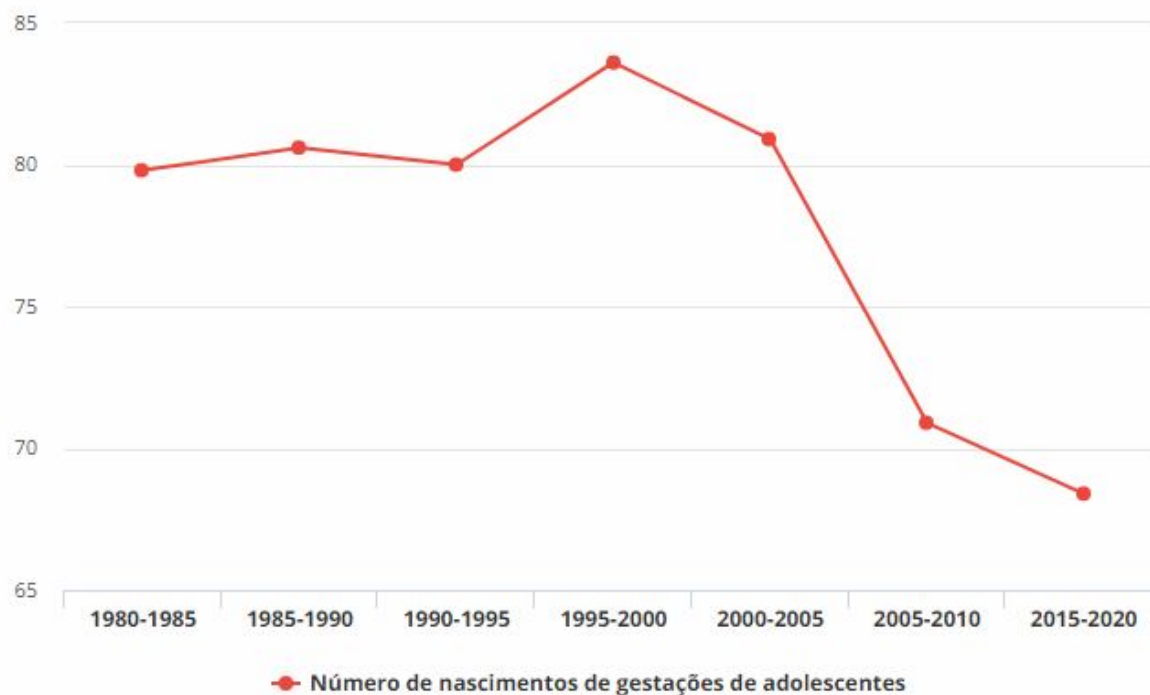
A taxa total de fecundidade na América Latina e no Caribe caiu de 3,95 nascimentos por mulher no período de 1980-1985 para 2,15 nascimentos por mulher em 2010-2015.

Comparativo entre os países

A taxa de adolescentes grávidas no Brasil teve diminuição nos últimos dez anos, mas ainda está aquém da taxa de outros países na América Latina, como o Chile e Argentina.

Gravidez na adolescência no Brasil

Número de nascimentos a cada mil adolescentes entre 15 a 19 anos



Fonte: OMS/OPAS

Taxa de nascimentos a cada mil adolescentes entre 15 e 19 anos

| Países | 2005-2010 | 2010-2015 |
|----------------|-----------|-----------|
| Brasil | 70,9 | 68,4 |
| Chile | 52,7 | 49,3 |
| Argentina | 60,6 | 64 |
| Estados Unidos | 39,7 | 22,3 |
| México | 71,2 | 66 |
| Canadá | 13,9 | 11,3 |
| Venezuela | 82,6 | 80,9 |
| Bolívia | 81,9 | 72,6 |

Fonte: Organização Mundial da Saúde/Organização Pan-Americana de Saúde

Principal causa de morte

Segundo o relatório, a mortalidade materna é uma das principais causas da morte entre adolescentes e jovens de 15 a 24 anos na região das Américas.

Ainda, globalmente, o risco de morte materna se duplica entre mães com menos de 15 anos em países de baixa e média renda.

Recomendações para diminuição de casos

A entidade exorta que os países com taxas altas apoiem programas dirigidos para mulheres em maior vulnerabilidade para gestações precoces.

Também há a recomendação para que se expanda o acesso a métodos anticoncepcionais e que sejam iniciados programas de educação sexual para homens e mulheres.

O relatório sugere ainda que se promovam medidas e normas que proíbam o casamento infantil e as uniões precoces antes dos 18 anos.

“Muitas dessas gestações não são uma escolha deliberada, mas a causa, por exemplo, de uma relação de abuso”, disse Esteban Caballero, diretor regional do Fundo de População das Nações Unidas para América Latina e Caribe, em nota.

Outras medidas de prevenção indicadas no relatório incluem prevenir as relações sexuais sob coação e manter um entorno favorável para a igualdade de gênero.

Especialistas sugerem debate sobre sexualidade para reduzir gravidez na adolescência

A deputada Erika Kokay (PT-DF) e a presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Lia Zanotta, propuseram nesta terça-feira (12) a inclusão de debates nas escolas sobre sexualidade, como forma de reduzir a gravidez na adolescência.

(Câmara Notícias, 12/12/2017 - acesse no site de origem)

O assunto foi discutido em audiência pública promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

O Brasil tem a sétima maior taxa de gravidez na adolescência da América do Sul, com 65 gestações para cada mil meninas de 15 a 19 anos, segundo dados do Fundo de População das Nações Unidas (UNPFA), agência ligada à ONU.

Lia Zanotta afirmou que a discussão do assunto nas escolas poderá levar a uma mudança cultural. Ela observou que ainda é muito comum no Brasil os meninos terem liberdade para exercer sua sexualidade, enquanto as meninas são reprimidas pelos pais.

“A sexualidade feminina obedece a valores tradicionais e morais em nome da honra das famílias”, afirmou. Esses valores familiares, segundo ela, complicam ainda mais a situação das meninas grávidas.

Políticas públicas

Para Erika Kokay, que propôs a realização da audiência, a maternidade indesejada pode levar as adolescentes a um sentimento de culpa. “São necessárias políticas públicas nos níveis municipal, estadual e nacional para possibilitar às meninas evitar a gravidez precoce e indesejada. Quando não for possível evitar, que se acolha a menina que se sente culpada pela família e pela escola”, disse.

A representante do UNFPA, Anna Cunha, afirmou que a gravidez na adolescência pode contribuir para a pobreza no País, porque as mães frequentemente abandonam a escola e perdem a oportunidade de melhorar de vida.

Segundo ela, de cada cinco bebês que nascem no Brasil, um é filho de mãe adolescente. Entre essas meninas, de cada cinco, três não trabalham nem estudam; sete em cada dez são afrodescendentes e a maioria se concentra na região Nordeste.

Ranking

No ranking de gravidez na adolescência na América do Sul, a Venezuela ocupa o primeiro lugar, com 95 grávidas para cada grupo de mil jovens entre 15 e 19 anos.

Em seguida, vêm Bolívia (88), Guiana Francesa (87), Colômbia (84), Guiana (74) e Argentina (68). Depois de Brasil, Peru e Suriname (65), que estão empatados no sétimo lugar, aparecem Uruguai (64), Paraguai (63) e Chile (52).

Alinne Castelo Branco; Edição - Rosalva Nunes